



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do EDITAL

CAPÍTULO I – OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a eventual aquisição futura de peças para os condicionadores de ar, tipo **SPLIT (CASSETE, PISO-TETO, HI-WALL E PAREDE)**, **VRF (HITACHI SET FREE ECOFLEX 1)** e **HITACHI MODELO DE REF. RPR 200C7S, MÓDULO VENTILADOR RVP200 HITACHI R410A**, pertencentes ao patrimônio deste Tribunal, que passam a ser denominadas apenas peças.
2. A aquisição das peças será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, pelo critério de MAIOR DESCONTO, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II – DO REGISTRO DE PREÇO

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de peças a serem adquiridas.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de desconto percentual que incidirá sobre o valor da peça a ser adquirida, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de peça, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega das peças, dentro do prazo fixado neste Termo de Referência.
3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III – DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO FORNECIMENTO DE PEÇAS E DESCONTO PERCENTUAL

1. A descrição sumária dos materiais a serem adquiridos, durante a vigência da Ata de

Registro de Preços, juntamente com o desconto mínimo aceito pelo Tribunal, consta da tabela a seguir.

TABELA I

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	DESCONTO MÍNIMO
1	Fornecimento das seguintes peças de reposição para manutenção corretiva dos condicionadores de ar pertencentes ao patrimônio deste Tribunal: 1) Compressores; 2) Conjunto de Ventiladores; 3) Trocadores de calor (condensadores e evaporadores); 4) Bombas hidráulicas; 5) Placas Eletrônicas Receptoras; 6) Contadoras Tripolares.	10,53%
INTERVALO MÍNIMO		0,2%

1.1 Em caso de divergência entre a descrição do fornecimento indicado no SIASG/COMPRASNET e os constantes deste Termo de Referência, prevalecerão estes últimos.

1.2 No Anexo III, consta a Relação de condicionadores de ar pertencentes a este TRE/MS.

2. A estimativa de gastos com a aquisição de peças, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, é de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**

3. O desconto mínimo aceito pelo Tribunal para esta contratação é de **10,53% (dez vírgula cinquenta e três por cento)**.

4. As peças a serem fornecidas através desta contratação serão as seguintes:

- 4.1) Compressores;
- 4.2) Conjunto de Ventiladores;
- 4.3) Trocadores de calor (condensadores e evaporadores);
- 4.4) Bombas hidráulicas;
- 4.5) Placas Eletrônicas Receptoras;
- 4.6) Contadoras Tripolares.

5. Havendo necessidade de aquisição de peças, estas serão solicitadas mediante requisição assinada pela fiscalização, emitida em duas vias, umas das quais permanecerá com a contratada.

5.1. Fica a critério do Tribunal/fiscalização a definição do modelo de requisição que será utilizada nos fornecimentos a serem realizados.

6. Na requisição serão informados os dados necessários para identificação da peça, tais como: nome da peça, especificação, modelo e marca do condicionador de ar que irá utilizar a peça, etc.

6.1. Nos casos de inexistência das peças originais, e desde que estas possam ser substituídas, será permitido o recebimento de peças similares, de qualidade igual ou superior, desde que comprovada a equivalência com as solicitadas.

6.2. Não existindo mais peças de reposição para determinados aparelhos e não havendo como substituir a peça original por outra similar, de acordo com informação prestada pela contratada, será providenciada a baixa destes aparelhos.

7. A contratada deverá apresentar orçamento da peça em:

7.1. 02 (dois) dias úteis para peças em estoque ou disponível no mercado local.

7.2. 05 (cinco) dias úteis para peças advindas de outro Estado ou do Exterior.

8. No orçamento deverá constar o valor da peça, o desconto aplicado, e o valor final a ser pago pelo TRE/MS.

9. A contratação dar-se-á através de **desconto percentual** a ser aplicado sobre o preço de Mercado.

9.1. Será considerado preço de mercado a média de, pelo menos, três preços obtidos pelo fiscal da contratação, no mercado local, de acordo com o disposto nas cláusulas 9.3 e 9.4 deste capítulo.

9.2. Quando não for possível a obtenção de todas as cotações de preços, conforme item 9.1, o fiscal deverá justificar o motivo nos autos, e o preço médio será calculado tendo por base os preços obtidos pela fiscalização.

9.3. Visando maior celeridade na aquisição da(s) peça(s), a pesquisa de preços no mercado poderá ser realizada através de consulta telefônica, a qual deverá ser reduzida a termo, fazendo-se constar o nome da empresa consultada, peças e quantidades pesquisadas, bem como a data da consulta.

9.4. A verificação do preço de mercado da peça será sempre realizada pelo fiscal designado pelo Tribunal, junto as empresas que geralmente contratam com a Administração Pública, em razão da regularidade fiscal, devendo considerar o preço normal de venda direta ao consumidor, desprezando os que estiverem em ofertas temporárias.

10. Será pago à contratada o valor resultante da aplicação do desconto registrado sobre o preço de mercado, caso esse valor seja inferior ao valor final a que se refere a cláusula 8 deste Capítulo.

11. Será pago à contratada o valor final constante na cláusula 8 deste Capítulo, caso este seja inferior ao valor resultante da aplicação do desconto registrado sobre o preço de mercado.

12. Autorizado o fornecimento, a contratada deverá proceder à entrega da(s) peça(s) nos prazos previstos no Capítulo IV deste Termo de Referência.

CAPÍTULO IV – DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DAS PEÇAS

1. As peças adquiridas deverão ser entregues ao servidor responsável pela fiscalização do Contrato, na sede do TRE/MS, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 (Prédio Sede) – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA, de acordo com a origem do produto, será o abaixo estabelecido, contados da aprovação do orçamento e comunicação à contratada:

2.1. 02 (dois) dias para as peças em estoque ou disponíveis no mercado local;

2.2. 10 (dez) dias quando for adquirida em outra unidade da federação;

2.3. 30 (trinta) dias quando não houver revendedor da peça no território nacional e esta tiver de ser adquirida diretamente do fabricante no exterior.

3. O recebimento dos materiais dar-se-á em duas etapas: provisória e definitivamente, conforme descrito a seguir:

3.1. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, pelo servidor responsável pela fiscalização, ou em até 02 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) as peças deverão estar em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou na própria peça, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação da peça;
- b) condições da embalagem e/ou da peça;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição da peça entregue, quantidade, preço unitário, desconto ofertado e preço total.

3.1.1. Atendidas as condições estabelecidas na cláusula 3.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

3.1.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento provisório da peça.

3.2. O recebimento definitivo será realizado também pelo servidor responsável pela fiscalização, devendo ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, desde que as peças apresentadas estejam de acordo com as especificações, quantidades, qualidade e modelos exigidos pela fiscalização.

3.3. Verificada a compatibilidade entre o requisitado pela fiscalização e a peça apresentada, será registrado no verso da Nota Fiscal/Fatura o recebimento definitivo das peças ou a termo dentro do processo de contratação, configurando-se a aceitação da peça.

3.4. Não correspondendo ao requisitado, o fiscal solicitará à empresa contratada a troca da peça, no prazo máximo de 03 (três) dias.

3.4.1 Havendo a necessidade de troca de alguma peça, o fiscal registrará no verso da Nota Fiscal/Fatura as peças que não serão recebidas.

3.4.2. Quaisquer despesas decorrentes de devolução de peça que não corresponda à requisitada ou que apresente defeito, ficará a cargo da contratada.

4. Ao Tribunal resguarda-se o direito de não aceitar peça cuja qualidade seja comprovadamente inferior, comprovado que a peça é de baixa qualidade poderá incidir sobre a contratada as penalidades previstas neste Edital e seus anexos.

4.1. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada das peças cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

4.2. O TRE/MS providenciará a guarda da peça entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

4.3. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirada a peça pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

5. O PRAZO DE GARANTIA TOTAL DAS PEÇAS é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo da peça pelo fiscal da contratação.

6. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega

estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

7. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A fiscalização, o acompanhamento e orientações relativos ao fornecimento de peças ficarão a cargo de servidor ou comissão de servidores pertencente(s) ao quadro do TRE/MS, designados para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

3. Caberá à fiscalização as seguintes funções:

- a) requisitar o fornecimento das peças;
- b) acompanhar e fiscalizar o fornecimento das peças pela empresa contratada;
- c) conferir os valores das peças e a aplicação do desconto percentual registrado;
- d) manter o registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento de peças, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- e) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;
- f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento do fornecimento de peças e/ou aplicação de penalidades previstas;
- g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para pagamento, bem como providenciar o envio de cópia da Nota Fiscal/Fatura para a Seção de Patrimônio e Almoxarifado para os devidos lançamentos no Sistema de Patrimônio;
- h) manter o controle do saldo contratual, considerando os valores pagos com o fornecimento das peças, a quantidade de peças fornecidas e os numerários (R\$) disponíveis;
- i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação da peça, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RFB 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RFB 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços

CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento das peças, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Designar servidor(es) para acompanhamento e fiscalização desta contratação.
4. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
6. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo

estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
2. Atender às solicitações e determinações da fiscalização, feitas por Ordens de Serviços.
3. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades de fiscalização.
4. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
6. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **LORENA AMARAL MALHADO**, Técnico Judiciário, em 26/02/2021, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI**, Analista Judiciário, em 26/02/2021, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0997765** e o código CRC **7AA24CA9**.